

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: 'Quadrilhão' do PMDB levou R\\$ 864 mi, diz PGR](#) 6

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Recuperação gradual	2
Título: FGV avalia que metade das 151 estatais da União poderia ser repassada ao setor privado	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: 'Quadrilhão' do PMDB levou R\$ 864 mi, diz PGR	6
Título: Frustração de receitas de concessões soma R\$ 21,6 bi.....	7
Título: Gasolina terá reajuste de 2,6% a partir de hoje	8
Título: ONS reduz previsão de chuva no Sudeste	8
Título: Maior lago do Brasil agoniza com a seca	9
Título: Banco Clássico negocia compra de fatia da Andrade na Cemig	11
Título: Novo cenário do setor de Petróleo	12
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: Gasolina: dois pesos e duas medidas.....	14

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Miriam Leitão****Título: Recuperação gradual**

O setor de petróleo ainda vai esperar a superação da crise política antes de recuperar o nível de investimentos no Brasil. É o que mostra pesquisa da Accenture Strategy em parceria com a FGV Energia. No curto prazo, a agenda ainda é de austeridade, mas a partir de 2019 a expectativa é de retorno gradual dos projetos. Para 2026, no melhor cenário, os investimentos podem chegar a US\$ 50 bilhões, contra US\$ 16 bi de 2016.

O Brasil perdeu o melhor momento do setor para investir. Quando os preços estavam acima de US\$ 100, o país ficou discutindo a mudança no marco regulatório, no final do governo Lula e início do governo Dilma. Foram cinco anos sem rodadas de licitação, e o bilhete premiado do pré-sal se transformou em uma conta bilionária de desvios revelados pela Operação Lava-Jato. Nesse período, outros campos de petróleo foram descobertos pelo mundo, e os Estados Unidos começaram a produzir fortemente o petróleo por exploração não convencional (shalegas). Hoje, os preços estão rodando a casa de US\$ 50, e as petrolíferas estão mais seletivas na hora de investir.

O impacto da interferência política no setor de petróleo fica evidente quando se olha para os investimentos. Em 2013, eles chegaram a US\$ 33 bilhões, mas despencaram para US\$ 16 bi no ano passado. A estimativa da Accenture e da FGV Energia é que esse número só começará a subir de forma mais consistente no próximo governo. — Os anos de 2017 e 2018 ainda serão de reestruturação. Os leilões vão voltar este ano, mas levará tempo até que os investimentos saiam do papel. O que a pesquisa mostrou foi que a partir de 2019 deve ocorrer um retorno gradual dos investimentos, depois que ficar para trás a instabilidade política — explicou Daniel Rocha, diretor-executivo e líder da indústria de Energia da Accenture Strategy.

Desde junho do ano passado, após a troca de governo, o setor passou por uma série de mudanças regulatórias. A Petro-bras deixou de ser a operadora única do pré-sal; as rodadas de licitação voltaram a ser agendadas; as regras de conteúdo nacional foram flexibilizadas. Ainda assim, a visão do setor é de que há fortes barreiras ao investimento. Entre os 74 executivos entrevistados pela Accenture, 51% deles citaram a crise política como entrave e 57% reclamaram da carga tributária elevada. O pré-sal também deixou de ser unanimidade.

— O mais importante para o governo é manter a regularidade nos leilões, e, além disso, das áreas que sejam mais atrativas. Isso é fundamental neste momento de maior incerteza — disse.

Rocha destaca o trabalho que vem sendo feito pela atual gestão da Petrobras. Explica que o endividamento da companhia, em relação à geração de caixa, já caiu de 5,3 para 3,2 anos. A petrolífera conseguiu cumprir o seu plano de desinvestimento em 2016, apesar das dificuldades que enfrentou na Justiça para colocar à venda alguns projetos. A pesquisa também mostrou que para 75% dos executivos entrevistados a venda de ativos da Petrobras vai estimular novos investimentos no país. Isso porque haverá um ambiente de maior competitividade, com mais empresas tocando os projetos.

No final deste mês, já acontecerá a 14ª rodada de licitação, e a expectativa é positiva. Para 93% dos executivos ouvidos pela pesquisa, haverá boas oportunidades de negócio e para 76% o leilão pode significar um marco para a retomada do setor.

Ontem, o ministro Henrique Meirelles disse que a economia poderá crescer em um ritmo de 3% em 2018. Destravar o setor de óleo e gás será importante para impulsionar a economia e para conter a crise fiscal em estados produtores, como o Rio.

não foi desta vez. O Ibovespa caiu 0,45% e frustrou expectativa de quebrar o recorde histórico atingido em maio de 2008.

liquidez global. Dólar caiu a R\$ 3,08 e também atingiu a menor cotação em 33 meses contra uma cesta de moedas, segundo o "Financial Times"!

crise, que crise? Levantamento da consultoria Sabe mostra que o lucro dos 24 maiores bancos do país subiu 7% no primeiro semestre.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca

Título: FGV avalia que metade das 151 estatais da União poderia ser repassada ao setor privado

-Brasília- Do conjunto de 151 estatais da União, incluindo empresas dependentes do Tesouro Nacional, não dependentes e subsidiárias, pelo menos metade poderia ser privatizada, cinco delas, incorporadas, e três, terem funções redefinidas. Essa é a conclusão de um levantamento detalhado em elaboração na Fundação Getulio Vargas (FGV), que montou há um ano o Observatório das Estatais. O trabalho considera dois pilares básicos ditados pela Constituição

Federal e que deveriam ser seguidos no ato de criação e manutenção das estatais, em uma economia de mercado: a finalidade social e o interesse coletivo para atuar em áreas em que a iniciativa privada não tem interesse e em questões de segurança nacional.

O estudo mostra que boa parte das estatais e subsidiárias perdeu a função social ou explora segmentos em que o setor privado já está presente. Algumas dessas empresas foram incluídas recentemente no programa de venda de ativos do governo federal, como a Eletrobras e a Casa da Moeda. Para os autores do trabalho, o economista Márcio Holland e o ex-ministro do Planejamento Valdir Simão, a privatização está no rumo certo, mas a venda das estatais não pode ter como justificativa principal o problema de caixa do governo da União. — Com o retorno da agenda de privatizações, é importante discutir com a sociedade sobre a justificativa para a existência de uma estatal. O tema é muito mais amplo do que o mero interesse fiscalista de governos — disse Holland.

De acordo com o levantamento, das 18 estatais dependentes do Tesouro, seis podem ser privatizadas: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU); Empresa Brasileira de Comunicação (EBC); Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba (Codevasp); Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Tremurb) e Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec). A Valec (Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.) se tornou obsoleta e deveria se limitar ao gerenciamento da malha ferroviária.

DEFESA E PESQUISA DEVERIAM SER MANTIDAS

Ainda neste grupo, deveriam continuar nas mãos do Estado, porém, empresas de função relevante na área de pesquisa ou em setores estratégicos, como defesa nacional. Estão nessa lista Embrapa, Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul), Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) e Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A (Nuclep).

Entre as 30 estatais não dependentes do Tesouro, pelo menos 15 podem ser privatizadas ou liquidadas, diz o estudo. Incluem-se aqui as oito companhias docas, a Eletrobras, a Agência Brasileira Gestora de Ativos Garantidores (ABGF), a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) e a Telebras.

Outras empresas desse conjunto, como os bancos públicos Basa (da Amazônia) e Banco do Nordeste, poderiam ser incorporados ao Banco do Brasil. A Empresa Gestora de Ativos (Emgea), criada durante o processo de reestruturação da Caixa Econômica Federal, poderia ser incorporada ou se tornar um

departamento da instituição financeira. A Dataprev também poderia se fundir ao Serviço de Processamento de Dados (Serpro).

Já Correios e Infraero, que também são estatais não dependentes do Tesouro, embora venham registrando seguidos prejuízos, deveriam passar por um amplo processo de reestruturação, ficando menores e com foco em atividades essenciais. A Pré-Sal Petróleo S.A. também deveria ter seu papel rediscutido após as mudanças na estratégia de exploração do pré-sal.

O estudo recomenda a venda das participações do BNDES em grandes conglomerados via BNDESpAr; das três subsidiárias do Banco do Brasil (BB-Turismo, Cobra e Corretora); de todas as 38 subsidiárias da Eletrobras, inclusive de parcerias com o setor privado na forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE); e de vários braços da Petrobras, que deveria se ater à exploração e refino de petróleo, deixando armazenamento, distribuição e transporte por conta do setor privado. — A empresa que não tiver função social deve ser privatizada, e o que sobrar tem que passar por um processo de modernização — destacou Holland, acrescentando que, de modo geral, as estatais são altamente deficitárias, ineficientes e prestam um péssimo serviço.

Ele ressaltou que, em 2012, as estatais pagaram R\$ 28 bilhões para a União, com destaque para BNDES, Caixa, BB e Petrobras. Em 2016, os dividendos caíram para R\$ 2,86 bilhões. Há três anos, completou Holland, os Correios não recolhem dividendos para a União, e, há dois anos, Eletrobras e Petrobras também não pagam nenhum dividendo. Segundo os autores do estudo, antes de pôr alguns ativos à venda, o governo deveria melhorar a governança das empresas e, assim, aumentar sua atratividade e seu valor. A Eletrobras, por exemplo, vale algo em torno de R\$ 20 bilhões — mas a cifra representa um terço do BB Seguridade, por conta dos problemas de gestão e do passivo elevado.

Abuso de poder e passivos elevados

Eles observam ainda que parte do prejuízo das estatais tem relação com abuso de poder do controlador, como na corrupção na Petrobras, na queda forçada dos juros cobrados pelos bancos públicos e nas tarifas no setor elétrico. Nesse sentido, avaliam os pesquisadores, o fim da golden share (ações que dão à União direito a veto) em empresas como Embraer e Vale é bem-vindo. — Muitas estatais são utilizadas para atender a interesses políticos, o que aumenta a dificuldade para a privatização. O grande número de empregados, acima de 500 mil, e passivos trabalhistas, incluindo fundos de pensão, também dificultam o processo — disse Valdir Simão.

Procurado, o secretário de Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Soares, negou que o processo de privatização em curso tem objetivo único de resolver o problema fiscal do governo. Ele informou que todas as estatais estão passando por uma reavaliação e que várias serão privatizadas, incorporadas ou terão seu campo de ação alterado para melhorar a eficiência e sair de áreas já atendidas plenamente pelo setor privado. Ele não quis antecipar detalhes:— Há pouco mais de um ano, estamos nesse processo para que possamos deixar de ser o Estado empresário para ser o Estado regulador.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Breno Pires Beatriz Bulla

Título: 'Quadrilhão' do PMDB levou R\$ 864 mi, diz PGR

Janot denuncia por organização criminosa Sarney, Lobão, Renan, Jader, Jucá, Raupp e Sérgio Machado, todos da cúpula peemedebista no Senado

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, denunciou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) a cúpula do PMDB no Senado pelo crime de organização criminosa. São alvo da denúncia os senadores Edison Lobão (MA), Jader Barbalho (PA), Renan Calheiros (AL), Romero Jucá (RR) e Valdir Raupp (RO), além do ex-senador Sérgio Machado (CE), ex-presidente da Transpetro, subsidiária da Petrobrás, e o ex-presidente da República e ex-senador José Sarney (AP). Os peemedebistas são acusados de receber R\$ 864 milhões em propina e provocar um prejuízo de R\$ 5,5 bilhões aos cofres da Petrobrás e de R\$ 113 milhões aos da Transpetro pela manutenção do cartel formado por empreiteiras que assumiam contratos com as empresas.

O esquema foi descoberto na Operação Lava Jato e faz parte do inquérito aberto em março de 2015 contra integrantes do PT, do PP e do PMDB. Os acusados negaram irregularidades e criticaram Janot. Segundo a acusação da Procuradoria, a organização criminosa relacionada ao PMDB se formou ainda durante a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, depois desse período, teria desviado recursos de contratos relacionados à Diretoria de Abastecimento e à Diretoria Internacional da Petrobrás, assim como à Transpetro. Também foram identificadas irregularidades no **Ministério de Minas e Energia**, quando comandado pelo PMDB.

O procurador-geral disse que os denunciados “integraram o núcleo político de organização criminosa estruturada para desviar em proveito próprio e alheio recursos públicos e obter vantagens indevidas”. Na denúncia, Janot pede ainda que os acusados sejam condenados à perda de função pública e a pagar R\$ 200 milhões como reparação, sendo R\$ 100 milhões por danos patrimoniais, por

causa de desvios, e R\$ 100 milhões por danos morais. Outros partidos. O procurador-geral da República já havia apresentado denúncia contra o chamado “quadrilhão” envolvendo integrantes do PP e PT.

Ontem, encaminhou a parte relativa ao PMDB do Senado. Ainda estão previstas denúncias contra o grupo do PMDB da Câmara dos Deputados, que devem ser encaminhadas ao Supremo na próxima semana. Apesar de associar a formação da organização criminosa ao início do governo do PT, o procurador-geral afirmou que ela continuou mesmo após o próprio PMDB assumir o poder. “No âmbito da Petrobrás, o núcleo político continuou a receber vantagem indevida até pelo menos 2014, às vésperas da ‘Operação Lava Jato’. Contudo, ante a forte atuação parlamentar e responsabilidade por outras indicações políticas, as quais ainda perduram, a organização criminosa permaneceu praticando crimes nos anos de 2015, 2016 e 2017”, disse Janot.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Frustração de receitas de concessões soma R\$ 21,6 bi

BRASÍLIA- Com importância crescente em tempos de economia fraca, as receitas do governo federal com concessões e permissões ficaram abaixo do previsto no período entre 2014 e 2016. A diferença entre o previsto e o que efetivamente ingressou no caixa somou R\$ 21,6 bilhões no período, conforme levantamento feito pelo Estado nos orçamentos e nos resultados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Esse desempenho coloca pressão sobre a equipe de governo, que ainda tem muito trabalho pela frente para transformar em realidade as estimativas de ingresso com concessões para 2017 e 2018. Neste ano, por exemplo, dos R\$ 25,7 bilhões previstos no orçamento, apenas R\$ 3 bilhões haviam ingressado no caixa até o final de julho.

No entanto, há um conjunto de leilões marcados para o fim do ano que deverão elevar essa cifra. Essa concentração rendeu ao governo um alerta do Tribunal de Contas da União (TCU) em julho passado. O ministro Vital do Rêgo apontou para o risco de uma eventual frustração elevar o déficit nas contas federais a R\$ 161,3 bilhões. A meta atual é um déficit de R\$ 159 bilhões.

Sem complexidade. Porém, os leilões à frente não envolvem complexas discussões no campo regulatório, como ocorreu nos principais projetos no governo de Dilma Rousseff. São ativos que interessam ao mercado, como campos de exploração de petróleo e distribuidoras de energia elétrica.

Essas últimas, porém, são quatro usinas da Cemig cujo leilão se converteu numa disputa política e jurídica. O processo se encontra suspenso por liminar judicial. A expectativa é destravá-lo até o final deste mês.

Para 2018, a previsão é arrecadar R\$ 19,8 bilhões em receitas com concessões e permissões. Para chegar a esse número, o governo decidiu conceder a joia da coroa da Infraero, o aeroporto de Congonhas, não sem antes gerar uma enorme controvérsia dentro da equipe. "O sinal não é bom", comentou o economista-chefe do banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves. "Ela privilegia a arrecadação em detrimento da infraestrutura."

Planejamento setorial. Ele avaliou que, para a economia brasileira, a decisão deveria estar vinculada a um planejamento setorial. Como, por exemplo, conceder Congonhas junto com outros aeroportos deficitários. Isso traria mais investimentos.

No entanto, a tendência é que o aeroporto paulista seja leiloadado sozinho, de modo a torná-lo mais valioso e disputado. / L.A.O.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Gasolina terá reajuste de 2,6% a partir de hoje

A Petrobrás vai aumentar o preço da gasolina nas refinarias em 2,6% e o diesel em 1,5% a partir deste sábado. A nova política de revisão de preços foi divulgada pela petroleira no dia 30 de junho. Com o novo modelo, a estatal espera acompanhar as condições do mercado interno e enfrentar a concorrência de importadores. Em vez de esperar um mês para ajustar seus preços, a Petrobrás agora avalia todas as condições do mercado para se adaptar, o que pode acontecer diariamente.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: ONS reduz previsão de chuva no Sudeste

As hidrelétricas da Região Sudeste do Brasil, que concentram os maiores reservatórios, devem receber em setembro chuvas equivalentes a apenas 71% da média histórica, estimou ontem o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), reduzindo significativamente a projeção anterior, de 84% da média. O

ONS ainda cortou as previsões de chuva nas hidrelétricas da Região Sul e Região Norte, enquanto manteve as expectativas para o Nordeste.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges / textos e fotos - ENVIADO ESPECIAL A URUAÇU E NIQUELÂNDIA (GO)

Título: Maior lago do Brasil agoniza com a seca

Serra da Mesa, principal reservatório do País em volume de água, está com 9% da sua capacidade

O maior reservatório de água da América Latina está sumindo a olho nu. O lago da Hidrelétrica de Serra da Mesa, em Goiás, chegou a 9% de sua capacidade total de armazenamento com a estiagem que castiga a região há cinco anos. O nível atual da água está 35 metros abaixo da cota máxima que a represa comporta, uma altura equivalente à de um prédio de 14 andares.

O nível da água cai entre quatro e cinco centímetros por dia. Recentemente, a longa ponte de concreto que ligava os municípios de Uruaçu e Niquelândia, e que ficou no fundo da represa após o fechamento da barragem, voltou a ressurgir na paisagem. Pescadores locais, que anos atrás passavam com seus barcos metros acima da estrutura, agora cruzam a ponte caminhando, com água pelas canelas, levando as tralhas de pesca para tentar fisgar algum peixe que ainda não foi embora, por conta da redução do oxigênio na água e do aumento de sua temperatura.

Em seus dias áureos, o lago de Serra da Mesa, que tem seu curso principal formado sobre o Rio Tocantins, chegou a guardar algo próximo de 54,4 bilhões de metros cúbicos de água, uma imensidão líquida que se espalha por 1.784 km², área maior que a cidade de São Paulo, com seus 1.521 km². De 2012 para cá, no entanto, a escassez das chuvas transformou esses números em história e fez o maior lago do País em volume de água armazenada atingir seu pior cenário desde sua criação, em 1998.

Com a estiagem, o turismo também evaporou. Salvador Ferreira de Almeida, o "Deuzin", é um dos tantos pescadores que tiraram o sustento da família com o trabalho na pesca e no transporte de milhares de turistas que vinham atrás dos tucunarés nessa região da represa, no entorno de Uruaçu. Deuzin ainda veste a camisa verde com seu nome estampado, telefone e a frase "Alugam-se barcos". Faz oito meses que Deuzin não transporta nem um pescador sequer.

"Tem quatro anos que a coisa foi ficando feia, muito feia, e nunca mais voltou. É uma tristeza o que gente tem passado aqui", lamenta Deuzin, um dos pescadores mais antigos da região. "Quando fizeram essa represa, disseram que ela ia ter uma cota mínima, que ia ser mantida. Hoje, a gente não sabe mais que cota mínima é essa, porque a situação só piora."

Como o peixe nativo rareou nos últimos anos, os pescadores passaram a criar tilápias em cativeiro, lançando tanques de aço com mantas de nylon na beira do lago. No ano passado, o negócio promissor converteu-se em drama financeiro e ambiental. Deuzin cuidava de 5 toneladas de peixe em seus viveiros. De um dia para o outro, os peixes deixaram de comer e, na manhã seguinte, amanhecaram todos mortos. "Disseram que foi por falta de oxigênio ou o agrotóxico que veio de plantações da região. O que sei mesmo é que perdi R\$ 22 mil." Ao todo, foram mais de 100 toneladas de peixes jogados no lixo, episódio que praticamente quebrou a Cooperativa dos Piscicultores do Lago Serra da Mesa, que reúne 33 pescadores. Em vez de peixes, o que criaram foi uma dívida de R\$ 300 mil.

A seca também afastou os visitantes da Praia Generosa, estrutura de lazer criada durante o processo de construção da barragem, nos anos 90. Pela praia não há mais como acessar o lago, por conta das vegetações que reapareceram no caminho. Quando Serra da Mesa foi represada, boa parte das árvores que ficariam submersas não foi retirada. O que se vê na paisagem de hoje, quando o lago teima em acabar, são os imensos "paliteiros" de troncos, um emaranhado de natureza morta. Quiosques de sapé que ficavam na beira da água agora estão a centenas de metros de distância. A maior parte dos bares fechou. Alguns restaurantes flutuantes foram abandonados na paisagem empoeirada.

Abandono. Um dos tantos projetos de luxo que foram atraídos para a orla da barragem quando Uruaçu entrou para a lista de destinos de pesca mais procurados do País também está abandonado. No começo dos anos 2000, a família de Jordana Bonfim investiu R\$ 5 milhões na construção da Estância Serra da Mesa, com 24 apartamentos, pista de pouso, piscinas com "bar molhado" e barcos para pesca. "Até 2013, foi uma época linda. Mas a seca chegou e levou tudo", diz Jordana.

Hoje, apenas um casal de trabalhadores toma conta do que é possível. "Há um ano não vem ninguém aqui para se hospedar na pousada", diz o caseiro Anísio Ferreira Duarte. As piscinas estão com a bomba d'água quebrada e os barcos que eram alugados estão sendo cobertos pelo mato. A água da barragem, que antes beijava a soleira da pousada, agora está a um quilômetro de distância.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Banco Clássico negocia compra de fatia da Andrade na Cemig**

De acordo com fontes próximas às negociações, empreiteira pode levantar cerca de R\$ 1,4 bilhão com a operação

REUTERS

O banco de investimentos Banco Clássico está em conversas avançadas para comprar a fatia de cerca de 20% das ações com direito a voto que a Andrade Gutierrez detém na elétrica mineira Cemig, disseram ontem à Reuters duas fontes com conhecimento direto do assunto.

Segundo uma das fontes, a Andrade Gutierrez pode levantar cerca de R\$ 1,4 bilhão com a venda da participação na Cemig, uma das maiores empresas de eletricidade do país. O negócio deve ocorrer nas próximas semanas.

A Cemig surpreendeu o mercado ao comunicar em meio ao feriado de 7 de setembro que a unidade de concessões da Andrade Gutierrez, AGC Energia, deixou o bloco de controle da companhia e assim está apta a vender suas ações da empresa, seja na bolsa de valores, seja no mercado de balcão.

O preço de venda deve representar um prêmio de quase 100% sobre o valor da ação ordinária da Cemig. Com as notícias, o volume de negócios da ação atingiu o nível mais alto desde maio.

Por quase 15 anos a Andrade Gutierrez compartilhou o controle da Cemig com o governo de Minas Gerais, que detém 51% das ações com direito a voto na companhia, em um acordo de acionistas que dava à construtora forte poder sobre decisões estratégicas da companhia.

Duas fontes disseram à Reuters que a saída da AGC veio em meio a desentendimentos com os demais sócios da Cemig sobre os planos para reduzir os endividamento da companhia e para vender ativos que dão prejuízo ou baixos retornos, como a Renova Energia.

A relação entre o governo e a empresa se deteriorou a partir da posse do petista Fernando Pimentel como governador de Minas Gerais, em 2015. A nova gestão mineira buscou reestruturar a Cemig, que cresceu muito e rápido demais na década anterior.

Um sócio como o Banco Clássico, que também é um acionista minoritário da estatal Eletrobrás, seria fundamental para acelerar a reestruturação da Cemig e a gestão da dívida da companhia, disse uma das fontes.

O Banco Clássico possui atualmente cerca de 8% do capital da Cemig, o que inclui ações preferenciais e ordinárias.

A Reuters não conseguiu contato com representantes do Banco Clássico. A Cemig e a Andrade Gutierrez recusaram-se a comentar. O governo de Minas Gerais não comentou de imediato.

A Andrade Gutierrez vinha há alguns meses negociando um meio de sair da Cemig, disse uma das fontes.

Como parte do acordo de acionistas, a AGC detinha o controle de diversas posições importantes na elétrica mineira, incluindo a área responsável por novos negócios e aquisições.

Até o momento, os planos de desinvestimentos da Cemig têm avançado mais lentamente que os de outras companhias do setor, o que evidencia as dificuldades de se gerenciar uma empresa que expandiu-se para setores além da energia nos últimos anos, com participação nas áreas de gás natural, telecomunicações e tecnologia da informação.

A maior parte das aquisições da Cemig nos últimos anos, no entanto, resultou em retornos abaixo do esperado, o que hoje pressiona o endividamento da companhia.

Dificuldades. O diretor financeiro da Cemig, Adézio Lima, disse em julho que a companhia pretende vender toda sua participação na controlada Light, que opera em geração e distribuição, para focar em outros negócios principais.

Com uma dívida consolidada de R\$12,5 bilhões até o final de junho, a Cemig está ainda prestes a perder as concessões de quatro de suas hidrelétricas, cujos contratos expiraram. A empresa também tem R\$ 4,1 bilhões em dívidas a vencer antes do fim do ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Novo cenário do setor de Petróleo

O setor de petróleo e gás no Brasil está passando por mudanças que irão abrir as portas para um cenário com menos intervenção e populismo e mais

mercado. Isso porque o governo vem implantando políticas públicas na direção de tornar o setor mais atrativo aos investimentos privados. A agenda regulatória traz a nova lei da partilha, o calendário de leilões, as mudanças na política de conteúdo local, a revisão do preço mínimo e a extensão do Repetro. Seguindo essa mesma tendência pró-mercado, a Petrobrás desinveste, adota uma política de preços seguindo o mercado internacional, capex (capital expenditure) mais eficiente e corta custos.

O novo cenário conta, ainda, com o avanço da produção no pré-sal, que, recentemente, ultrapassou o pós-sal. De acordo com os dados de produção nacional de petróleo de junho, o pré-sal representou 51% do total. Essa é uma tendência natural, dado que a produção no pré-sal provém de campos novos, enquanto grande parte dos campos offshore do pós-sal já atingiu a maturidade, principalmente, na Bacia de Campos.

É importante destacar que o aumento da produção do pré-sal provém de parcerias da Petrobrás com outras empresas em campos adquiridos em rodadas de licitação realizadas no regime da concessão. Até hoje só ocorreu um leilão no regime da partilha, que foi o Campo de Libra, cujo início da produção está previsto para 2020/21, numa parceria da Petrobrás com a Shell, a Total e duas empresas chinesas.

É notável o potencial de produção e a produtividade do pré-sal brasileiro. Contudo, a queda acentuada na produção da Bacia de Campos pode representar uma restrição ao desenvolvimento pleno da indústria do petróleo no Brasil. Por isso é preciso que se crie uma política que incentive novos investimentos nos campos maduros da Bacia de Campos. Essa política deveria estar baseada em três pontos. Primeiro, na redução das alíquotas dos royalties de 10% para 5% para a produção adicional hoje existente. Segundo, na venda desses campos pela Petrobrás para empresas especializadas em operar campos maduros. Por último, a Petrobrás deveria celebrar contratos de serviço nos quais os upsides de produção seriam divididos entre a estatal e a empresa que prestasse os serviços. Nesse sentido, vale o slogan muito feliz da prefeitura de Macaé #Menos Royalties, Mais Empregos e Mais Receitas. Para ter uma ideia, a reativação de uma sonda em campos maduros é capaz de gerar cerca de mil novos empregos.

As alíquotas de royalties, que sempre foram cobradas no seu limite de 10%, deveriam a partir de agora ter percentuais diferenciados para cada tipo de exploração, dados os riscos geológicos, logísticos e econômicos distintos. A cobrança diferenciada de royalties deve ser considerada, também, para a exploração e produção de gás, que são distintas da exploração de petróleo. Esse tipo de política explica boa parte do boom de oferta de shale gás no mercado

americano. A cobrança máxima de royalties deveria ser aplicada aos campos do pré-sal.

Quanto ao longo prazo, o crescimento do setor fica por conta das futuras rodadas de licitação. Para que essas rodadas tenham sucesso, é essencial direcionar esforços na redução dos custos de entrada, sobretudo nesse novo ciclo de barril de petróleo a 50 dólares. Para isso, é preciso simplificar regulamentos e reduzir o tempo de tramitação de processos como o do licenciamento ambiental, que hoje representa uma barreira aos investimentos no setor. É essencial ter de volta a estabilidade regulatória e a segurança jurídica perdidas nos anos de governo do PT, que causou danos irreparáveis à sociedade.

O governo precisa entender que o fim da era do petróleo está se dando por um pico de demanda e não de oferta, como se previa alguns anos atrás. E esse pico está mais próximo do que imaginamos, em função de restrições ambientais que motivam mudanças de hábitos e tecnológicas. Portanto, precisamos ter pressa em gerar riqueza com a extração do petróleo do pré-sal antes que entre em desuso.

É DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Brasil

Autor: Aline Brito

Título: Gasolina: dois pesos e duas medidas

O último reajuste feito pela Petrobras, na quarta-feira, diminuiu em 3,8% o preço cobrado pela gasolina nas refinarias. O novo valor entrou em vigor na quinta-feira, mas não causou impacto relevante nas bombas. O Correio percorreu 27 postos de gasolina em Brasília e percebeu que apenas nove estabelecimentos reduziram o valor cobrado numa média de R\$ 0,03 por litro. Alguns postos reduziram somente um centavo. A maior diminuição encontrada foi de R\$ 0,06. Os demais mantiveram os valores cobrados.

O professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) José Matias-Pereira diz que essa postura não é adequada em uma economia de mercado. “Existe uma cultura em que há muita combinação de preços. Isso explica a percepção de que, quando a Petrobras autoriza aumento, ele chega rapidamente à bomba, mas a queda demora”, explicou. E, a partir de hoje, começa a vigorar outro reajuste feito pela Petrobras. A estatal informou ontem que vai elevar o preço da gasolina nas refinarias em 2,6%. Para o diesel, o aumento será de 1,5%.

Filas

Consumidores fazem filas nos postos que cobram mais barato pelo combustível, como ocorreu ontem na 115 Sul. O estabelecimento instalado no local cobra R\$ 3,99 pelo litro da gasolina, o valor mais baixo encontrado pela pesquisa.

Naqueles em que o preço é alto, porém, o movimento é cada vez menor. A clientela diminuiu bastante em vista do que era antes, quando a gasolina estava a pouco mais de R\$ 3", afirmou Danilo Gabriel, 32 anos, chefe de pista de um posto da 112 Norte em que o litro do produto custa R\$ 4,19.

A professora Fátima Montenegro, 50 anos, reclama dos valores altos praticados pelos postos: "Somos marionetes na mão desse povo". Para ela, utilizar o carro não é mais tão vantajoso como costumava ser. "Estou deixando o carro em casa e usando o serviço de aplicativos, está compensando mais", afirma. "Gastei R\$ 50 para abastecer meu carro ontem e já tenho que abastecer hoje de novo", lamenta a professora, que utiliza o carro para ir de casa, na Asa Sul, ao Sudoeste, onde trabalha.

Elevação

Embora a decisão de repassar preços ao consumidor seja dos donos dos postos de combustível, o aumento anunciado ontem pela Petrobras deve, em tese, demorar alguns dias para chegar às bombas. Desde o início da nova política de preços da estatal, que alinha os valores do mercado interno às cotações internacionais, a gasolina acumula alta de 15,26% e, o diesel, de 20,02%.

Com a alta dos preços, os consumidores tentam se adaptar como podem, e deixar o carro em casa é uma realidade cada vez mais próxima para muitas pessoas. O vendedor Thalisson Félix, 21 anos, deixou de utilizar o automóvel há cerca de um mês. "Não uso mais o carro desde que a gasolina foi a R\$ 4,15. Não está dando, e sábado vai aumentar de novo. Não consigo pagar", diz Thalisson, que passou a ir ao trabalho de ônibus. "Sai muito mais em conta", afirma.

Para ir à faculdade, o vendedor ainda utiliza o carro, pois dá carona a quatro colegas que moram, como ele, no Novo Gama, entorno de Brasília, e o ajudam a pagar a gasolina. "Para a faculdade eu ainda vou de carro, porque a gente racha a gasolina. Se não fosse assim, eu não conseguiria pagar e teria que utilizar transporte público também", conta.

Alternativas

O professor José Matias-Pereira alerta o consumidor para a importância de procurar preços mais baixos. "As pessoas devem ficar atentas", disse. Adriano Severo, educador financeiro e professor da Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciências (Fundatec), observou que os motoristas precisam conferir qual é o combustível mais vantajoso. Como mostrou o Correio, o etanol está

valendo mais a pena em alguns estabelecimentos que cobram menos de R\$ 3 pelo litro do produto. “Se o preço do álcool estiver entre 70% e 75% do valor cobrado pela gasolina, é mais econômico usar o bicomcombustível. A média geral depende do carro e do consumidor”, destacou.

Além disso, Severo afirma que, com a Petrobras promovendo reajustes frequentes nos combustíveis, é melhor que o consumidor abasteça de “pouquinho em pouquinho”. “É bom deixar o tanque do carro cheio. Quando chegar na metade, a pessoa abastece com R\$ 50, R\$ 40 ou R\$ 30. Completar o tanque exige muito gasto”, afirmou.

Outra opção é verificar o que é possível fazer para reduzir o trajeto com o carro. Manter um veículo exige pagamento de IPVA, gasolina, seguro, revisões e outros gastos que, se colocados no papel, podem indicar que é mais vantajoso se deslocar de táxi ou usar sistemas de aplicativos de transporte. “Uma alternativa é dividir o carro com vizinhos ou familiares. Mas a pessoa tem que ter em mente que não vai poder usar o veículo todo o tempo e terá que abrir mão de um certo nível de conforto”, apontou.

* Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

“Somos marionetes na mão desse povo. Estou deixando o carro em casa e usando o serviço de aplicativos, está compensando mais”

Fátima Montenegro, professora

Compare (em R\$)

Veja os valores cobrados pela gasolina

Posto	25/08	06/09	08/09	Ale Posto da Torre	3,89	4,16	4,16
Petrobras Eixo W 103 Sul			3,95	4,17	4,17		
Petrobras Eixo W 105 Sul			3,89	4,15	4,15		
Petrobras Eixo W 106 Sul			3,84	4,12	4,12		
Petrobras Eixo W 113 Sul			3,84	4,17	4,17		
Shell Eixo W 115 Sul			3,84	3,99	3,99		
Petrobras Eixo L 214 Sul			3,85	4,13	4,12		
Petrobras Eixo L 212 Sul			3,85	4,12	4,12		
Jarjour Eixo L 210 Sul			3,85	4,13	4,13		
PB Eixo L 206 Sul			3,85	4,15	4,12		
Ipiranga Eixo L 204 Sul			3,85	4,16	4,13		
Petrobras Eixo L 202 Sul			3,85	4,17	4,13		
Petrobras Eixo L 203 Norte			3,85	4,17	4,13		
Ipiranga Eixo L 204 Norte			3,89	4,19	4,19		
Posto	25/08	06/09	08/09	Jarjour Eixo L 206 Norte	3,85	4,13	4,13
Petrobras Eixo L 208 Norte			3,86	4,16	4,13		

Ipiranga Eixo L 210 Norte 3,85 4,19 4,13
Shell Eixo L 212 Norte 3,85 4,13 4,13
Petrobras Eixo W 214 Norte 3,85 4,16 4,13
Petrobras Eixo W 113 Norte 3,84 4,13 4,13
Ipiranga Eixo W 112 Norte 3,89 4,13 4,13
Shell Eixo W 109 Norte 3,85 4,16 4,16
Petrobras Eixo W 107 Norte 3,85 4,16 4,13
Petrobras Eixo W 105 Norte 3,99 4,16 4,16
Petrobras Eixo W 103 Norte 3,96 4,16 4,16
Petrobras Sig Quadra 3,86 4,15 4,15
Shell Sig Quadra 3 3,87 4,15 4,15

MME / ASCOM .